

ENCENAÇÃO DO FASCÍNIO PELO MAL: UMA LEITURA DE A NOVA ORDEM, DE B. KUCINSKI

STAGING THE FASCINATION FOR THE EVIL: A READING OF BERNARDO KUCINSKI'S A NOVA ORDEM

Deivanira Vasconcelos Soares 

dv.vasconcelos@hotmail.com

Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Letras, Teoria da Literatura (2019), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professora da Educação Básica. Atualmente pesquisadora de literatura brasileira contemporânea com temáticas da mulher e sua relação com o tempo.

Lizandro Carlos Calegari 

lizandro.calegari@yahoo.com.br

Possui Doutorado em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Desenvolveu pesquisas sobre a lírica de Carlos Drummond de Andrade e, mais recentemente, tem feito estudos sobre a ficção brasileira pós-64, literaturas marginais e teorias do trauma. Atualmente, é professor de Literatura no Colégio Politécnico da UFSM e no Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado) da mesma instituição.

Resumo/Abstract

Palavras-chave/Keywords

Esse artigo faz uma leitura do romance¹ *A Nova Ordem* (2019), de Bernardo Kucinski, analisando as características da distopia que propõe novos caminhos de progresso para o Brasil. Como é próprio dessa literatura, a análise do texto provoca sensações de repulsa pelas ações e crenças das personagens, mas também descortina um Brasil da realidade que parece muito possível de acontecer. Tudo no texto de ficção transita nos nossos olhos como se assim o fosse. Desse modo, o romance ambientado no Brasil tem características desnudas do autoritarismo fascista, mas também reporta, em muitos tópicos, a realidade do país que parece envolto por uma aura ditatorial. As retomadas, presentes na narrativa, de leis e órgãos, parte da realidade brasileira, reforçam essa impressão de insegurança, própria do gênero. Além disso, como as personagens e falas do enredo bem configuram ações e consciências ditatoriais, colocamos em evidência para apoio de leitura o entendimento de Hannah Arendt (1999) sobre a banalidade do mal, para analisar configurações discursivas que pontuam o caráter burocrático da prática da exclusão, expulsão e morte dos eleitos como outros, portanto, indesejáveis e retomamos as catorze características do fascismo, contribuições de Umberto Eco, no texto *Fascismo eterno* (2019).

A Nova ordem, Distopia, Banalidade do mal, Fascismo eterno

This paper analysis Bernardo Kucinski's *A Nova Ordem* (2019), highlighting some characteristics of the dystopia, which proposes new directions for progress in Brazil. As for this book, the analysis of the text provokes feelings of repulsion for the actions and beliefs of the characters, but also reveals a Brazil of reality that seems very possible to happen. Almost everything in such a fiction seems to be very believable. Thus, the novel set in Brazil has characteristics which are very similar to fascist authoritarianism, but also reports, in many topics, the reality of the country that seems to be surrounded by a dictatorial aura. The retakes, present in the narrative, of laws and public agencies, part of the Brazilian reality, reinforce this impression of insecurity, typical of the genre. In addition, as characters and lines of the plot configure dictatorial actions and consciences, we take into account both Hannah Arendt's (1999) understanding of the banality of evil, in order to analyze discursive configurations that punctuate the bureaucratic nature of the practice of exclusion, expulsion, and death of those elected as "the others", and the fourteen characteristics of fascism, contributions by Umberto Eco, in *Fascismo Eterno* (2019).

A nova ordem, Dystopia, Banality of evil, Eternal fascism



Dossiê

Atualidade do realismo: utopia e distopia

Organizadores:

Prof.^a Dr.^a Ana Laura dos Reis
Corrêa



Prof. Dr. Martín Ignacio Koval



Prof.^a Dr.^a Renata Altenfelder
Garcia Gallo



v. 32, n. 62, agosto, 2023
Brasília, DF
ISSN 1982-9701



Fluxo da Submissão

Submetido em: 25/08/2022

Aprovado em: 29/03/2023

Distribuído sob



O livro de ficção *A Nova Ordem*, de Bernardo Kucinski, é uma distopia ambientada no Brasil de 2019. Composto por XXII capítulos, ele apresenta uma trama em que há no poder um governo militar formando um “novo” retrato de Brasil que eles denominam de Nova Ordem, fortalecida a partir de Éditos de lei que desfazem leis existentes e criam outras a serem seguidas por todas as camadas da sociedade.

Cada capítulo do livro é aberto com uma página de fundo preto que resume o assunto a ser tratado ali. O capítulo I resume-se da seguinte forma: “A Nova Ordem proclama seu advento. O fechamento das Universidades e a morte do pensamento crítico” (KUCINSKI, 2019, p. 7). Desses tópicos, em diálogo com o corpo do texto, tem-se a apresentação logo na abertura do livro, de vários cientistas e professores, presos, conversando sobre os acontecimentos que se deram a partir do advento da Nova Ordem, como sem entender por completo em qual situação estavam.

O texto tem um narrador extradiegético, para usar a definição de Genette (1995), mas nesse capítulo há a predominância de diálogos entre as personagens, que ora se mostram, quase em cena cômica, soberbas e orgulhosas de suas pesquisas, ora conscientes, indignadas e em busca de encontrar um culpado para aquela conjuntura de humilhação em que se encontram.

O narrador, que parece uma extensão da consciência dos cientistas, descreve a circunstância fazendo observações sobre o espaço – “tufos de musgo nos cantos e teias de aranha nas traves denunciam o abandono” (KUCINSKI, 2019, p. 9), as pessoas – “discutem animadamente, alguns por reencontrarem antigos colegas, outros, envaidecidos por constarem na lista dos mais importantes cientistas do país” (KUCINSKI, 2019, p. 9) e as ações que formam o Estado da Nova Ordem – “antes das privatizações, ali funcionava o almoxarifado do maior estaleiro nacional” (KUCINSKI, 2019, p. 9).

A chamada, já no título do capítulo, para a morte do pensamento crítico realiza-se na morte real, por fuzilamento, de todos os cientistas presentes na cena, em uma demonstração

do tom que se estabelecerá em toda a história: de frieza, com violência física e psicológica, demonstração do ideal de poder e dominação a qualquer custo, com certa alienação e submissão da sociedade geral com relação ao novo governo.

Matar o pensamento crítico significa, para além da morte simbolizada pelos cientistas e professores, estabelecer-se como governo inquestionável, sem opositores, em estado de totalitarismo apoiado por quem acredita nele e fomenta suas ações, e pelo extermínio de qualquer que represente ameaça aos ideais de dominação.

Dentro desse cenário da proclamação da Nova Ordem, há também o estabelecimento do inimigo por excelência desse poder: os utopistas. Os cientistas conversam entre si sobre esse grupo dizendo: “isso tudo é por causa dos utopistas” (KUCINSKI, 2019, p. 11), “os utopistas renegam a violência” (KUCINSKI, 2019, p. 12), de modo a deixar transparecer no diálogo certa culpabilização, que coloca os cientistas como contrários à Nova Ordem e às ações dos utopistas, mas, de certo modo, com uma empatia com a causa que eles defendem. Esse grupo, de todo modo, é eleito, como os cientistas, os estrangeiros e os gays como os “Outros” que devem ser exterminados.

No diálogo, a fala de que os utopistas renegam a violência é exatamente contrária a uma outra que caracteriza a expressão de uma ditadura no poder e antecipa o desfecho do capítulo, como regra na conduta: “- a formação militar é incompatível com o pensamento crítico. Só a ideia de ser treinado para matar já mostra a estupidez dos exércitos.” (KUCINSKI, 2019, p. 16). Assim, a morte de cientistas no capítulo, em cena de pura e inexplicável violência, executada por soldados robotizados insinua um governo que prima pela obediência numa indicação de que nele “tudo é possível” (KUCINSKI, 2019, p. 15).

Esse capítulo de ambientação da obra de Kucinski, também, dispõe do uso de vocábulos comuns nos estudos de humanidade, literatura e política, primeiro no emprego do termo utopistas, nessa tessitura do literário que, ao contrário do significado de “lugar justo”, configura-se

como distopia, segundo pela indicação de que certas ações da Nova Ordem são expressões do fascismo, como a morte do pensamento crítico estampada na capa do primeiro capítulo e expressa em matança no desfecho dele.

Para pensar conceituações apontadas no romance, voltamo-nos a Marilena Chauí, em *Notas Sobre Utopia*, onde ela faz um apanhado conceitual sobre o termo em sua origem de palavra grega, tendo *topos* com sentido de lugar e *u*, prefixo usado para indicar negação, de forma que o significado simples de *utopia* fica “não lugar” e “lugar nenhum”. “No entanto, um outro prefixo grego, ‘eu’, é usado para dar um sentido afirmativo ou positivo a uma palavra, indicando nobreza, justeza, bondade, abundância” (CHAUÍ, s/a, p. 7). Dessa forma, *utopia* “lugar nenhum” também significa *eutopia* “justeza”.

Esse conceito de Chauí firma diálogo com a definição que a Nova Ordem concede não só à utopia, mas também aos praticantes dessas subversões antigoverno. No capítulo VII, “O general Fagundes celebra o desmantelamento da subversão. O extermínio dos utopistas capturados” (KUCINSKI, 2019, p. 61), há a nota de rodapé que explica a escolha do termo utopista para falar dos subversivos de modo que o uso do termo justifique (ou reforce), na semântica, a violência com que serão tratados, visto que esses “outros” não cometem atos de violência²:

10 No Estado Maior houve debates sobre designação correta do movimento subversivo. Deveria ser “revolução utópica”, “revolução utopista” ou “revolução utopística?” Foi descartado o adjetivo “utópica” por sua conotação de movimento fantasioso, sem nenhum perigo e fixado o adjetivo substantivado “utopista” para designar a pessoa subversiva e o adjetivo utopístico para o movimento. (KUCINSKI, 2019, p. 63)

A definição, desse modo, não as ações de subversão do grupo, significa a elaboração com que se estabelece o inimigo e o cuidado com a conotação que essa nomenclatura vai carregar ao ser transmitida para a sociedade de modo geral. Além do mascaramento que as palavras

cuidarão em criar, dentro desse impasse de terminologia, os “utopistas”, grupos formados por estudantes, artistas e intelectuais, não têm fala no texto, sugestão de que há já a dominação dessa Nova Ordem nacional.

A escolha racional por certas expressões a serem repetidamente transmitidas a sociedade, nesse ponto do texto ainda como sugestão, fornecem a ideia de que o inimigo é comum ao governo ditador e ao povo, assim, tal como em ação do Nazismo na Alemanha, a repetição dessa elaboração sintática vazia de significado e esvaziada da possibilidade de crítica, ao passo que justifica as ações de violência dos militares, ameniza os impactos dessa violência na sociedade em geral.

Hannah Arendt, fazendo relatos da banalidade do mal, a partir do julgamento de Eichmann em Jerusalém, faz reflexões que nos interessam para pensar a composição da Nova Ordem, de B. Kucinski. Apontando a incapacidade linguística, de autocritica e de consciência do réu daquele julgamento, a pensadora destaca que ele se revestia de frases *clichês* que impossibilitavam qualquer aprofundamento no entendimento daquele sujeito por parte dos que o observavam ou tentavam julgar. Parte disso, Arendt relaciona ao contexto de “engano” em que Eichmann e a Alemanha viveram na dominação Nazista:

a sociedade alemã de 80 milhões de pessoas se protegeu contra a realidade e os fatos exatamente da mesma maneira, com os mesmos autoengano, mentira e estupidez que agora se viam impregnados na mentalidade de Eichmann. [...] ainda é difícil às vezes acreditar que a hipocrisia passou a ser parte integrante do caráter alemão. (ARENDR, 1999, p. 65)

Na contramão desse estatuto do poder, aqueles designados como utopistas pontuam a resistência de grupos críticos que sonham e projetam uma realidade diferente da que se estabelece. O *Dicionário de Política* (1998) apresenta no estudo do verbete “Utopia” a definição de Karl Mannheim, que pressupõe a utopia como posicionamento de contradição com a realidade social e pulsão de ruptura com a organização de vida e trocas existente na sociedade. “Não é so-

mente pensamento, e ainda menos fantasia, ou sonho para sonhar-se acordado; é uma ideologia que se realiza na ação de grupos sociais”. (BOBBIO, 1998, p. 1285).

Na narrativa de Kucinski, a definição dos Utopistas, em vista de manipular o significado, dialoga com as proposições de Chauí, se eles lutam por uma sociedade justa, e com a definição de Mannheim, se buscam o contrário da ordem em vigência. A composição do texto, que não os corporifica na narrativa, retoma aquilo que se constrói no engendramento do poder, uma história oficial contada por quem detém as forças do estado e as condições de potencializar as narrativas-verdade.

De distopias e histórias quase reais

A atualidade da discussão literária é um traço constrangedor que figura entre a realidade e a ficção por envolver o ato de leitura, desse modo a instância do real no contato do leitor com *A Nova Ordem*. Isto porque, os órgãos e leis desfeitos na ficção, como as Universidades, o INSS, o SUS ou a ECA, são nomes presentes na realidade social brasileira, constantemente alvos de crítica e propostas de desmonte. Por outro lado, esse caráter de espelhar na obra esse fio do real, de forma crítica e provocadora, sinaliza a contextualização da história, que ficcional, toma de empréstimo referentes da realidade.

Ao modo de um gênero *distópico*, *A Nova Ordem* porta-se como texto literário que observa e analisa profundamente o presente e consegue conceber o caos que se estabelecerá em um futuro próximo, caso algumas tendências e proposições do meio político entrem em vigor. Além disso, essa distopia é especialmente provocadora por ter sido escrita e publicada no ano de 2019, ano que, aliás, data todos os éditos da ficção. Assim, a projeção de futuro que se espera de uma narrativa distópica, transforma-se, em Kucinski, em narrativa altamente presentificada. O caráter de realidade se intensifica, na composição do texto, a cada novo édito que ocupa notas de rodapé por todo o romance.

As distopias, conforme afirma Hilário,

em diálogo com outros teóricos, “são a denúncia dos efeitos de poder ligados às formas discursivas. Elas surgem como forma literária no início do século XX, quando o capital entrou numa nova fase bélica, imperialista e expansiva” (HILÁRIO, 2013, p. 6). As distopias, como discurso de denúncia, como voz insurgente da opressão, como elemento de instauração de *utopia*, por assim dizer, surgem de contextos sociais de violência do estado, de guerra, de genocídio, de ditaduras.

Adorno (1988), para falar da relação entre arte, sociedade e estética, faz reflexão sobre a arte com a exterioridade da consciência do autor, destacando que a obra é resultante também de um contexto, da sociedade a que o autor pertence, ainda que haja uma vocação para afirmar a arte pela arte ou a sublimação do fazer artístico. De modo que, não existe obra pela obra, mas obra de arte como resultado de uma totalidade espaço-temporal, que reflete o que se estabelece no mundo em volta do autor, ou mesmo a obra que externaliza a submissão do autor ao sistema ditatorial de fazer mercadoria ou citar ideologia em vigência.

Assim, a obra deve ser analisada como contextual, observando-se também seu caráter de contracultura de massa, aquela expressão artística que vai de encontro à massificação das ideias e faz crítica da realidade. A obra pode representar a forma como esse sujeito do contemporâneo vivencia e analisa a objetificação do meio cultural, enquanto expõe para o mundo o pensamento crítico pouco valorizado em contexto de dominação e massificação do pensamento. Desse modo, “a identidade estética deve defender o não idêntico que a compulsão à identidade oprime na realidade” (ADORNO, 1988, p. 15).

A Nova Ordem (2019), em sua narração que expressa a banalidade do mal no meio da sociedade brasileira, ao passo que põe em cena a capacidade humana de prática e defesa do inconcebível, provoca, posto que insinua na representação, o ser da realidade não crítico, submisso ao discurso que tudo baliza em nome do pertencimento a uma identidade coletiva, seja em cultura ou em política. Do ponto de vista de Adorno, as obras são cópias do que existe, mas

o são “na medida em que a este fornece o que lhes é recusado no exterior e assim libertam daquilo para que as orienta a experiência estética coisificante” (ADORNO, 1988, p. 15).

A Nova Ordem narra, então, o que há de mascarado na sociedade, e o diz de forma brutal e realista, criticando o que há de valorização tecnicista, em detrimento da vida, no contexto do Brasil. A isso cabe a contribuição de Walter Benjamin, tratando do conceito de história, quando pontua a brutalidade que se instaura se/quando “políticas” de estado, em nome do progresso técnico (e da estabilidade econômica) compactuam com a destruição da vida humana, da natureza, da consciência de classe e do pensamento crítico.

Esse retrato de organização social dentro dos limites técnicos é apresentado no romance em um diálogo entre chefes do plano de ação do governo da Nova Ordem, que entre leves assombros de um e certeza de aceitação social do outro, afirma, em tom de grande plano da Nova Ordem:

Ao contrário, coronel, quanto mais alarde, melhor. E sabe por quê? Porque ao se ver livre dos moradores de rua, a população aceitará depois a remoção de outras categorias de indesejáveis. (KUCINSKI, 2019, p. 125)

Não se trata apenas de eliminar minorias indesejáveis, queremos adequar a força de trabalho ao novo modo de produção da agroindústria. O Brasil da Nova Ordem não precisa de 210 milhões de habitantes. Basta um mercado interno de 30 milhões de famílias, já que o agronegócio é voltado essencialmente para a exportação. (KUCINSKI, 2019, p. 126)

Nesse exemplo, percebe-se no texto o desnudamento de uma ideia de “progresso sem qualquer vínculo com a realidade” (BENJAMIM, 1994, p. 239), ainda mais, o progresso como projeto de destruição de parte dessa realidade, a parte dos indesejáveis, destruição que, sabidamente, será compactuada com a sociedade de modo geral, aquela sociedade dita por Arendt, que como vivendo vendada, em hipocrisia velada, finge não ver a destruição dos outros, mas a apoia e aceita. O sujeito, nesse aspecto, é apresentado como merca-

doria, assim como qualquer objeto, propício à troca, a depender desse estado que tudo coisifica.

Nesse sentido, o romance tematiza esse espaço-tempo esfacelado pelos ideais do capital, no mecanismo da exploração da força de trabalho ao mesmo tempo em que refigura na ficção tópicos da realidade histórica do país, não como no fazer histórico que analisa e conta o passado, mas nesse de distopia presentificada, que analisa o presente, talvez com ares de passado sob ditadura militar, mas essencialmente que traduz os recorrentes diálogos que o Brasil estabelece com o fascismo.

Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur fala da relação do tempo narrado entre história e ficção, apontando o que há em comum nessas diferentes narrações. O teórico trata da historicização da ficção no sentido de que também essa narrativa conta os fatos como se passados, porém, com a prerrogativa de que na ficção o tempo passado não trata necessariamente de aspectos lineares da passagem temporal. (RICOEUR, 2010, p. 324)

Os acontecimentos contados numa narrativa de ficção são fatos passados para a *voz narrativa*, que podemos considerar aqui idênticas ao autor implicado, ou seja, a um disfarce fictício do autor real. Fala uma voz que narra o que, *para ela*, ocorreu. Entrar em leitura é incluir no pacto entre o leitor e o autor a crença de que os acontecimentos narrados pela voz narrativa pertencem ao passado dessa voz. (RICOEUR, 2010, p. 325)

Nesse entendimento, o pacto que se estabelece como experiência de leitura na obra aqui analisada também propõe ao leitor um lugar relacional muito próximo da realidade, pelos tópicos de rodapé que são seriamente elaborados no texto, ao modo de informações essenciais de um romance (artigo) científico³. As retomadas constantes de elementos do real, pelos éditos de lei, reforçam o que o autor real, não o implicado, epigrafa em outro romance, *K, relato de uma busca* (2016), “Caro leitor: tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”.

Além disso, a intenção com que as narrações distópicas são feitas beiram esse alerta de

que se narra como passado, exatamente pela iminência de que as catástrofes anunciadas na ficção sejam concretizadas na realidade. Nesse ponto, à medida que pontua as transformações ruins, o romance informa quais pontos de partida a realidade fornece para que o mal de uma ditadura da Nova Ordem se instaure. O tempo passado na narrativa, apesar de distopias tratarem sempre de futuros em relação à cronologia histórica, 2019, passado, portanto, em relação ao presente real de 2022, também provoca a sensação de que as ideias do romance se realizaram.

À leitura de *A Nova Ordem*, narrativa de ficção, tem-se uma quase narrativa histórica por aspectos apontados por Ricoeur como “o quase passado da ficção torna-se assim o detector dos possíveis escondidos no passado efetivo”. (RICOEUR, 2010, p. 327). Sendo a distopia em tom presentificado, esse autor implica o olha mesmo para o passado vendo-o, mais uma vez repetir-se no presente. Esse autor mostra-se, assim, em necessidade de crítica veemente ao contexto que o faz autor.

O Brasil encena o fascismo eterno

Tirem do fascismo o imperialismo e teremos Franco ou Salazar: tirem o colonialismo e teremos o fascismo balcânico. Acrescentem ao fascismo italiano um anticapitalismo radical (que nunca fascinou Mussolini) e teremos Ezra Pound. Acrescentem o culto da mitologia celta e o misticismo do Graal (completamente estranho ao fascismo oficial) e teremos um dos mais respeitados gurus fascistas, Julius Evola. (ECO, 2019, p. 43)

Umberto Eco, em *Fascismo eterno* (2019), apresenta uma sequência de características que manifestas, mesmo individualmente, preconizam “a nebulosa fascista”. O teórico volta-se para essa reflexão tendo em vista as diferentes maneiras como o tão famigerado fascismo já se manifestou em países diversos e continua a rondar as organizações de sociedades democráticas. O teórico deixa claro, pois, que o termo “fascismo” se adapta a variadas formações autoritárias porque é possível eliminar, sempre, uma ou outra característica.

Tendo isto em vista, em diálogo com o romance *A Nova Ordem* (2019), objetivamos ressaltar quais éditos leis ou manifestações da Nova Ordem, ditadura de que trata o texto, dialogam com as características que, entende Eco, formam o que se pode chamar de fascismo, nesse cenário de Brasil distópico.

Umberto Eco elenca 14 características que apontaremos conforme dispostas em *Fascismo Eterno* (2019), para em seguida apresentarmos tópicos da ficção que dialogam, mais ou menos, com essas características. Faremos aqui de forma a usar as palavras-chave de cada um dos catorze tópicos, dado que ao indicar as características, o teórico discute seus desdobramentos e manifestações: 1 culto da tradição; 2 a recusa da modernidade; 3 ação pela ação; 4 o desacordo é traição; 5 racista por definição; 6 apelo às classes médias frustradas; 7 nacionalismo, obsessão da conspiração e xenofobia; 8 os adeptos devem sentir-se humilhados pela riqueza ostensiva e pela força do inimigo; 9 vida para a luta, o pacifismo é conluio com o inimigo, a vida é uma guerra permanente; 10 elitismo, desprezo pelos fracos; 11 cada um é educado para ser um herói, culto do heroísmo e da morte; 12 Ur-fascismo transfere sua vontade de poder para questões sexuais; 13 populismo qualitativo; 14 o Ur-fascismo fala a *novilingua* (sintaxe simples) e talk *show* popular. (ECO, 2019, p. 44 a 58)

Todas essas características, mais ou menos, dialogam com a tessitura em que vai se formando o romance de Kucinski. Tópicos como 1 *culto da tradição*, o 4 *desacordo como traição*, 5 *racista por definição* são facilmente identificados pelas citações do romance já transcritas nesse artigo. O culto da tradição se apresenta na morte dos cientistas, logo no primeiro capítulo, com uma cena em que “eliminam o pensamento crítico”, esse que permite o desacordo entre ideias e, por definição do pensamento fascista, a traição. Eliminam-nos como num ato de expurgar um simples intruso do meio social, como repetem com os utopistas, por serem esses os representantes da crítica ao governo, desse modo, também, traidores da pátria.

A característica 1 do fascismo também se desdobra em 2 *recusa da modernidade* e na 3

ação pela ação. Isso porque a falta de crítica faz os sujeitos voltarem-se apenas para o que já existe como exemplo de valorização do que é tradicional e cria seres robotizados e ativos para exercerem ordens sem questionamento. A ação pela ação, aparece como em processo de instauração em algumas manifestações da personagem Ariovaldo, porque, em alguns momentos da narrativa, antes de aderir à Nova Ordem, por completo, ele hesita numa ação de susto, mais que crítica do projeto que colocam em ação.

Aqui retomo a concepção de *banalidade do mal*, mais uma vez, para pontuar que em nome desse novo formato de país, que visa ao lucro com um projeto limitado na agroindústria, os diálogos das personagens que compõem essa ditadura mostram-se esclarecedores de que farão tudo o que for necessário, como simples ato em busca de um objetivo. Desse modo, desconsiderando valores como a vida, o respeito à existência do outro, o entendimento de individualidades. As ações e os diálogos, então, como *os relatos da banalidade do mal* anunciada por um nazista em julgamento, incapaz de perceber a atrocidade do que cometeu, apontam para os ganhos da própria carreira ou a perfeita execução de planos monstruosos, em termos meramente burocráticos.

Há diálogos na ficção que afirmam o projeto de deportação de “estrangeiros e indesejáveis”. Falas que denunciam desprezo e indiferença, mas também frieza e cumprimento do projeto da *Nova Ordem*. Como no exemplo que segue, há, na obra, expressões do 5 *racismo* e também de 7 *nacionalismo*, esse último mais tímido, visto que há maior força de ódio ao outro, o diferente, do que, necessariamente, a defesa de um ideal que engrandeça a pátria.

Haverá outras ações, vamos deportar os negros retintos para a África, de onde nunca deveria ter saído, os chamados azulões, e haverá banimentos de indesejáveis, vamos expulsar bolivianos, argentinos, vamos acelerar a estilização de mulheres pobres, enfim, um conjunto de ações. (KUCINSKI, 2019, 129)

Por esse enxerto, o que se observa também é falta de domínio desse plano de ação. O

mal e a desumanidade estão presentes, certamente, mas a ordem das ações e a mínima certeza do desfecho disso, parece, em todo o texto, algo sem controle. O “conjunto de ações” à medida que informa quase a infinitude desse projeto, também acentua certa manifestação desordenada do mal.

O diálogo que apresenta os resultados das operações, a partir da página 67 do romance, demarca uma característica muito comum no fascismo e no meio de autoritarismos: a necessidade de estabelecer hierarquias sociais, quando os sujeitos no poder se apresentam como superiores, por isso, merecedores de certas regalias negadas aos outros, inferiores na hierarquia. O 10 *elitismo, desprezo pelos fracos*, no texto, expressa-se como uma hierarquia própria do capitalismo, pois usa sua nomenclatura de divisão de classe social, nesse caso, enfatizando as “famílias ricas” como a melhor classe e apta a seguir intacta e perdoável, em possíveis erros, na formação do país: “é preciso punir os filhos das elites, para que seus pais e principalmente seus irmãos entendam do que se trata! Afinal, eles traíram sua classe, o que não se pode dizer dos demais.” (KUCINSKI, 2019, 67)

A característica 12 do fascismo, elencada por Umberto Eco, diz respeito ao machismo que o define, que parte do desprezo às mulheres à homossexualidade. Em partes do texto, principalmente o público homossexual é apontado como parte dos indesejáveis à nação da Nova Ordem, na manifestação daquilo que é dito pelo teórico de que o *Ur-fascismo transfere sua vontade de poder para questões sexuais*: “Só tivemos que pagar pelo software israelense que identifica subversivos e gays pelo rastreo de palavras chaves trocadas pelo WhatsApp” (KUCINSKI, 2019, p. 65).

Em *A Nova Ordem* (2019), as outras características não pontuadas nessa análise não o são por não serem claramente demarcadas na construção textual, pelo menos não nessa leitura. Mas vale algumas pontuações a respeito delas: 6 *apelo às classes médias frustradas* – ao contrário do apontado pelo teórico, as classes médias são apresentadas no romance como a classe que tem estrutura psíquica com característica de “criminoso comum”, desse modo, também

são indesejáveis.

À 8ª característica do fascismo, que diz que os *adeptos devem sentir-se humilhados pela riqueza ostensiva e pela força do inimigo*, se configuraria, em termos mais diretos, que um outro país, lido como inimigo, apresentaria essa “riqueza” provocadora de humilhação, ao mesmo tempo que impulsionadora da própria derrota. Vale destacar nessa leitura, que o ideal da Nova Ordem tem mais relação com a exterminação de pessoas indesejáveis na própria nação, não pontuando interesse de expansão territorial, por exemplo, como se deu no Nazismo alemão.

O ideal de *9 vida para a luta, pois o pacifismo é conluio com o inimigo, a vida é uma guerra permanente* também não é desnudo no livro, posto que um pequeno grupo dessa elite da Nova Ordem determina os mecanismos da morte, por outro lado, o herói representado por Ariovaldo, apontado no tópico 11, trabalha para que os indesejáveis sejam eliminados, assim, ele trabalha de forma a cultivar a morte e fazer grande.

O 13 *populismo qualitativo*, por sua vez, apresenta-se no romance por nuances como a sugestão de que a sociedade ficará feliz com o resultado das ações do governo e, ainda, quando eles cuidam para que o significado de “utopistas”, nome designado ao grupo rebelde, seja carregado de um significado mais elaborado para popularizar os atos do poder, assim como unificar o entendimento desse povo, povo uno, representado pelas decisões do poder. O tópico 14, que caracteriza o *Ur-fascismo como representante da novilingua (sintaxe simples) e talk show popular*. Reforça o que é buscado no populismo qualitativo.

Considerações finais

A ficção de Kucinski possibilita muitas leituras, principalmente a leitura de um Brasil às voltas com as sombras do fascismo eterno. Um país que admite a circulação de discursos faceiramente montados para navegar pelas redes sociais, em falas que simbolizam certa unificação popular, ou mesmo falsificação de populismo, tal qual um desdobramento do *Ur-*

fascismo como representante da novilingua (sintaxe simples) e talk show popular, em sintaxes cheias de clichês e pouco significado, mas que encrustam no ser que busca espelhar, “como povo”.

O caráter distópico do romance, nessa conjectura de ficção presentificada, alerta, quase que depois da hora, para os males que atravessam o Brasil e fortalecem fantasmas que banalizam o mal. O romance, por assim dizer, mergulha nas entranhas de um país que vai permitindo as perdas, as mortes, as mudanças na legislação, o entreguismo e a privatização sem reagir como a força necessária, um país que vai dizendo “é assim mesmo”, enquanto perde os direitos que tinha.

Em diálogo com as características do fascismo eterno, apontadas por Umberto Eco, essa leitura objetiva, talvez, em íntima interação com o autor implicado, um despertar desse olhar que jamais poderia deixar de estar atento à liberdade, à plenitude da democracia, à garantia dos direitos do cidadão, ao país que acolhe e integra, não que expulsa e mata seu povo e os povos de todo o mundo. *A Nova Ordem* representa, então, como distopia, não aquilo que é o Brasil, mas aquilo que encena ser.

Referências

- ADORNO, Theodor. Arte, sociedade e estética. In. *Teoria Estética*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1988. Pp 11 – 27 (Coleção Arte e Comunicação)
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v1. pp 222 - 232
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Monaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Notas sobre Utopia*. Revista Artigos e Ensaios. Acessado em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60nsp1/a0360ns1.pdf>. 07/02/2021
- ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Trad. Eliana Aguiar. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GENNETE, Gérard. *Discurso da narrativa*.

Lisboa: Veja, 1995.

KUCINSK, Bernardo. *A Nova Ordem*. São Paulo: Alameda, 2019.

KUCINSK, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Alameda, 2019.

Hilário, Leomir Cardoso. *Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade*. Anu. Lit., Florianópolis, v.18, n. 2, p. 201-215, 2013. ISSN 2175-7917.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: 3 o tempo narrado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

Notas

1 Usamos as terminologias de romance e ficção para tratar da narrativa de Kucinski, mesmo que alguns críticos a classifiquem como novela.

2 O *Dicionário de Política* (1998) apresenta já no estudo do verbete “Autoridade” um conceito básico para “Autoritarismo” e uma asseveração de como se estabelece a “Violência” em um contexto de poder. O “Autoritarismo” se estabelece, pode-se entender, quando há uma ruptura no acordo subjetivo entre quem detém o poder e o público subordinado, permanecendo aquele que tinha uma autoridade legitimada com pretensão de mando ao revés de aprovação. Assim, “o termo ‘autoritarismo’ designa, na verdade, uma situação na qual as decisões são tomadas de cima, sem a participação ou o consenso dos subordinados.” Por seu lado, a “Violência” aparece imbricada ao conceito de “Autoridade” nem sempre como fratura das relações de poder e obediência estabelecidas, mas como ambientação que facilita o exercício de um poder legitimado. Desse modo, a crença no poder envolve quem tem a intenção de exercê-lo e quem é alvo dessas ações e instrumentos, que podem ser violentos. (BOBBIO, 1998, p. 93). “Por Violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo)” (BOBBIO, 1998, p. 1291). A violência guarda o caráter de ser intencional e a finalidade de destruir, ofender e coagir. A violência es-

tá ligada ao limite corporal e geralmente é exercida sem o consentimento da vítima.

3 O Édito 14/2019 da Nova Ordem do Ensino Superior fundiu os Ministérios da Educação da Cultura e do Esporte num só da Formação Moral e Cívica e fechou as universidades federais, ressaltando cursos de economia agrícola e veterinária; o artigo 3 extingue as disciplinas de sociologia e política, psicologia, literatura, história e geografia, antropologia e línguas estrangeiras, exceto o hebraico, e as substitui pelas de Educação Moral e Cívica, Criacionismo e Estudos Bíblicos; o artigo 4 institui o ensino à distância; o artigo 5 restringe a instituições militares cursos de direito, engenharia, física, química, matemática, biologia, medicina e psiquiatria; o artigo 6 institui as disciplinas obrigatórias Gestão Patriótica e Guerra Psicológica Adversa, o artigo 7 extingue as cotas raciais, os quatro programas de financiamento estudantil do ensino superior (Prouni, Pronatec, Fies e Si-su) e o programa Ciências sem Fronteiras. (KUCINSKI, 2019, p. 18).

COMO CITAR

SOARES, D. V.; CALEGARI, L. C. Encenação do fascínio pelo mal: uma leitura de *A nova ordem*, de B. Kucinski. *Revista Cerrados*, 32(62), p. 127–135. 2023. <https://doi.org/10.26512/cerrados.v31i58.41259> cerrados/article/view/42211.